

TERRA Funai obtém, em Rondônia, interdição de área equivalente a Osasco para proteger 'ermidão' de etnia desconhecida

Justiça interdita 60 km² por um índio

ARMANDO ANTEMORE
da Reportagem Local

Um único homem, nu e arredio, de 30 e poucos anos, cabelos lisos, pele morena, olhos miúdos e levemente puxados, costeleta e bigode pretos, fez a Justiça Federal interditar cerca de 60 km² de terra no sul de Rondônia. A área tem quase o mesmo tamanho do município paulista de Osasco, com 65 km² e 623 mil habitantes.

A Frente de Contato Guaporé —braço da Funai (Fundação Nacional do Índio) que reivindicou a interdição— afirma haver indícios de que o "isolado ermitão", como documentos oficiais o qualificam, é o último remanescente de uma aldeia indígena destruída e integrante de uma etnia ainda não identificada.

Acuado por madeireiros, pecuaristas e "outros agentes da violenta ocupação econômica da Amazônia", ele estaria sempre fugindo e correria risco de vida.

A Procuradoria da República em Porto Velho avaliza as afirmações. No entanto, proprietários de uma das fazendas que compõem a área interdita argumentam que tudo não passa de uma farsa.

A frente teria "plantado" o índio na região para, agora, alardear que encontrou o sobrevivente de uma comunidade arrasada.

Com a estratégia, pretendia não apenas capitalizar dividendos políticos, mas também atrair dinheiro de organismos internacionais que financiam projetos indigenistas.

O chefe da frente, Marcelo dos Santos, diz que sua equipe de mateiros garimpou os primeiros sinais "do fugitivo" em agosto de 1996. De lá para cá, avistou-o três vezes.

Apenas na última, em agosto de 1998, tentou se comunicar com ele

e lhe ofereceu presentes. "Mas não deu certo", lamenta Santos.

O índio permaneceu todo o tempo em silêncio, agachado dentro de uma palhoça. Recusou os presentes e, num momento de maior tensão, atirou uma flecha contra a equipe.

"Depois, não conseguimos vê-lo de novo. Como não sabemos que língua fala, é difícil definir a etnia de que faz parte", explica.

O fotógrafo e cinegrafista Vincent Carelli —do Centro de Trabalho Indigenista (CTI), uma organização não-governamental de São Paulo— gravou em vídeo a tentativa de contato. A reportagem da Folha assistiu às imagens.

Prazo

Os 60 km² que a Justiça interditiou combinam pastos extensos com trechos de floresta. Ficam no município de Parecis e correspondem à área de perambulação do índio, conforme mapeamento da Frente Guaporé.

Abrangem duas fazendas inteiras —a Sorcel e a Santa Mariana, que somam 40 km²— e mais 20 km² de uma terceira, a Modelo. São todas vizinhas e voltadas à criação de gado.

A interdição proíbe a prática de quaisquer atos que modifiquem "a feição física" das propriedades atingidas. Impede, entre outras ações, a formação de novas pastagens, a construção de benfeitorias ou a derrubada de árvores nas porções de mata ainda existentes.

A Justiça entende que, assim, o índio estará protegido, e a Funai terá tempo de se aproximar dele, reconhecer seu idioma e sua etnia, saber o paradeiro de seus parentes e avaliar se convém desapropriar a área (total ou parcialmente) para convertê-la em reserva indígena.

O prazo de interdição varia de acordo com a fazenda. O da Mode-



lo começou em outubro de 1996 e deveria se estender por 90 dias, mas acabou prorrogado inúmeras vezes. A decisão mais recente o prolonga até junho de 1999.

Quanto à Sorcel e à Santa Mariana, a restrição começou em setembro de 1998 e só terminará em novembro de 2000.

Canoe

O paulistano Marcelo dos Santos, 45, comanda a Frente Guaporé há seis anos. Tem longa experiência com povos indígenas. De 1976 a 1990, por exemplo, viveu entre os nambiquaras no Mato Grosso.

Hoje, mora em Vilhena, uma das principais cidades rondonienses. Dedicou-se, sobretudo, a rastrear índios isolados pelo Estado —aqueles que não mantêm rela-

ção permanente e direta com a sociedade nacional.

A Funai estima existir 55 grupos do gênero na Amazônia brasileira (9 se espalharam por Rondônia). Não entendem português, andam sem roupa e sobrevivem de caça, pesca e coleta.

Dos 55 grupos, há os que já estabeleceram algum tipo de contato com indigenistas e antropólogos. Mas também há os que nunca se deixaram ver por não-índios, embora espalhem vestígios pelas matas, como ferramentas e flechas.

A lógica da Funai defende que é importante localizar os isolados para garantir a preservação de suas terras e cultura, sempre sob a mira do avanço econômico.

No segundo semestre de 1995, com Vincent Carelli, a equipe de

Marcelo dos Santos achou dois desses grupos desconhecidos próximo do rio Omerê, no sul de Rondônia, onde estão até hoje.

Um, de quatro pessoas, expressa-se em canoê. O outro, de sete, é chamado de acuntsuns e fala um idioma do tronco tupi.

A descoberta repercutiu internacionalmente e provocou a interdição de 510 km² de terra. A área —que engloba oito fazendas— equivale a um terço do município de São Paulo.

A Funai diz que os acuntsuns relataram a morte de "muitos parentes" durante ataques a tiros liderados por "brancos", provavelmente na década de 80.

Buracos e bigode

Foi perto dos 510 km² interditados que a Frente Guaporé encontrou, dentro da mata, em agosto de 1996, os primeiros vestígios "do índio solitário e fugitivo".

Tratava-se de uma pequena palhoça vazia, coberta de palha de açai. No interior da casa, predominava um inusitado buraco, com três metros de profundidade e 70 cm de diâmetro. Do lado de fora, um roçado exibia pés de milho, bananeiras e mamoeiros.

"Um mês depois, vasculhando a fazenda Modelo, achamos 14 buracos parecidos com o da palhoça. Ao redor, havia sinais inequívocos de uma aldeia indígena derrubada por tratores e incendiada", afirma Santos. "Gravamos a cena numa fita de vídeo, tiramos fotos e encaminhamos tudo para a Procuradoria da República em Porto Velho, que requereu a interdição judicial da Modelo."

Desde então, e até fevereiro de 1999, a frente promoveu 12 expedições "à procura de sobreviventes da aldeia".

Durante as buscas, descobriu mais dez palhoças, sempre com

um buraco dentro. As seis últimas estavam na fazenda Sorcel. "Como nunca avistávamos duas ou mais casinhas juntas, começamos a considerar que uma única pessoa as construía, alguém solitário e que se desloca de um lugar para outro, à maneira de um fugitivo", conta Santos. "Tivemos a certeza quando finalmente vimos o índio pela primeira vez, sentado sozinho diante de uma das palhoças."

Sobre o caso, o chefe da frente já produziu cerca de 200 páginas de relatórios, não raro em tom panfletário. Salpica-os de expressões do tipo "a epopeia triste e dramática desse sobrevivente de massas". A papelada, costuma anexar mapas, fotos e gravações em vídeo.

Por intermédio da Procuradoria da República, não só pediu a interdição dos 60 km² da terra, como também conseguiu que, no dia 20 de dezembro de 1996, a Polícia Federal de Porto Velho abrisse um inquérito, ainda em andamento, para apurar o que aconteceu na suposta aldeia da Modelo.

O sertanista Sydney Possuelo —chefe do Departamento de Índios Isolados da Funai, a que a Frente Guaporé se subordina— não estranha o bigode e a costeleta exibidos pelo "ermidão".

"O senso comum acredita que os indígenas do Brasil não têm pelos no corpo. Mas há etnias que cultivam até barba. É o caso dos araras, no Pará", esclarece.

Em seguida, arrisca um palpite sobre os buracos descobertos dentro das palhoças. "São como trincheiras. Um artifício momentâneo, de proteção, de defesa; e não um traço cultural que passa de geração para geração. Os índios de Rondônia estão espremidos em pequenas ilhas de mata, sob ameaças contínuas. Resta-lhes, então, desenvolver sistemas de camuflagem, ainda que precários."

A TENTATIVA DE CONTATO



Em 3 de agosto de 1998, a Frente Guaporé avista "o índio fugitivo" dentro de uma palhoça, num trecho de floresta da fazenda Sorcel (sul de Rondônia). Participam da expedição Marcelo dos Santos, dois mateiros, um canoê e o cinegrafista Vincent Carelli, que registra tudo com uma minicâmera digital. Dias depois, a Funai levará as imagens à Justiça, para pedir a interdição da fazenda.



A frente procura, de várias maneiras, aproximar-se do "ermidão". Oferece presentes —milho, mandioca, um machado e feixes de taquara (na foto, Marcelo dos Santos os carrega). O índio, porém, rejeita as ofertas e não sai da palhoça. O canoê que integra a equipe de contato inicia um ritual de cura. Espera convencer o "fugitivo" de que todos estão ali pacificamente. Não adianta.



Sempre em silêncio e sem deixar a palhoça, o índio saca uma flecha com mais ou menos dois metros de comprimento e mira a equipe de contato (a ponta da arma aparece na foto). Santos e os mateiros lhe pedem calma: "Não, não, sai, sai, perai, conversar". O índio hesita um pouco e acaba atirando. A flecha passa bem perto de Carelli, mas não o atinge.



Depois de seis horas diante da palhoça, a equipe da Funai desiste do contato. Em nenhum momento, consegue que o índio saia da cabana ou fale algo. Carelli aproveita uma brecha entre as palhas e rouba um close do "ermidão", que está nu e usa bigode. De acordo com sertanistas, há etnias no Brasil que cultivam pelos na cara, como os jurunas e os caiabais.

Proprietário vê decisão 'absurda'

Cena é plausível, diz sertanista

da Reportagem Local

"Um absurdo." É assim que Denes Gouveia Dalafini, um dos quatro donos da fazenda Modelo, define a interdição dos 60 km² de terra em Parecis.

"Não sei por quê, com tantos problemas mais sérios pipocando pelo país, a Justiça compra as teses malucas da Frente Guaporé."

Para o empresário, não fazem sentido decisões como a do juiz José Henrique Guaracy Rebelo, da 2ª Vara Federal em Rondônia.

Por escrito, no dia 8 de setembro de 1998, o magistrado prorrogou as restrições sobre a Modelo até junho de 1999.

Alegou querer aliviar "a intranquilidade do pequeno grupo de nativos isolados, que se mudam frequentemente para evitar contato com o homem civilizado, que avança mais e mais, destruindo o habitat natural dos indígenas".

"É inacreditável", protesta Dalafini. "Nunca existiu aldeia em nossas propriedades, nem palhoça, nem cabana, nem tapera."

Como prova, menciona atestados da própria Funai —que, nos anos 70, informou não haver índios dentro da gleba Corumbiara, a área onde se localizam a Modelo e as outras duas fazendas interditas (Sorcel e Santa Mariana).

A época, o governo federal estimulava a ocupação de Rondônia. Em 1972 e 1975, abriram-se licitações públicas para a venda dos mil lotes de terras que iriam formar a gleba.

Foi nesse contexto que a Funai expediu certidões negativas da presença de índios. Os participantes da licitação desejavam garantias de que, mais tarde, não veriam os lotes se transformarem em reservas indígenas.

"Se não acharam selvagens naquele tempo, como é que encon-

tram agora?", pergunta Dalafini. Ele é dono da Modelo em sociedade com dois irmãos e uma prima.

"A Frente Guaporé monta cenários e forja vestígios", prossegue. "Não sei exatamente de que maneira constrói a farsa, mas é uma farsa. Quem me garante que não colocaram os índios lá? Todo mundo comenta que a frente depende de recursos estrangeiros. E o dinheiro só vem se arranjam bons motivos."

Dalafini e os sócios apresentam tais argumentos na defesa que encaminharam à Justiça.

Não é a primeira vez que a Modelo tem problemas com "o pessoal da Guaporé". Outra parte da fazenda já sofreu interdição em 1996, por conta da descoberta dos canoês e acuntsuns perto do rio Omerê.

Celso de Sordi —proprietário da Santa Mariana e da empresa que é dona da Sorcel— prefere se man-

ter distante da discussão.

"Não entendo nada de índio", diz. "Vou esperar o desenrolar da história. Não pretendo, por enquanto, recorrer da interdição."

Dinheiro

O chefe da Frente Guaporé, Marcelo dos Santos, admite que necessita de "recursos do exterior". Mas rebate as acusações de fraude: "Não invento fatos. Cavo onde ninguém tem interesse em mexer. E acabo encontrando."

Hoje, a frente possui apenas dois funcionários: o próprio Santos e o mateiro Altair José Algayer. Com frequência, contrata colaboradores temporários, sobretudo quando promove expedições pela floresta em busca de índios.

O dinheiro que recebe da Funai é insuficiente para mantê-la. "Não cobre nem 40% dos nossos gastos", calcula Santos.

Nos últimos cinco anos, a frente

sobreviveu basicamente do Planaflo, um amplo projeto ambiental do governo de Rondônia, sustentado pelo Bird (Banco Mundial). Também recorreu à ajuda de uma agência financiadora norueguesa, a Fafo.

Do Bird, com sede em Washington, vieram cerca de R\$ 315 mil entre 1993 e 1998 —quantia que permitiu à frente comprar duas peruas, uma moto, dois barcos a motor, três máquinas fotográficas, uma câmera de vídeo, quatro equipamentos de radiocomunicação e um GPS (sistema de localização por satélite). Em 1999, a estimativa é que o banco remeta mais R\$ 41.400.

Já a Fafo enviou US\$ 35 mil no ano passado. Agora, porém, a torneira norueguesa secou.

"Infelizmente, não conseguimos renovar o acordo com a agência", lamenta Santos.

(AA)

da Reportagem Local

Para o sertanista Orlando Villas Boas, 85, um dos criadores do Parque Indígena do Xingu (MT), a palhoça que aparece no vídeo de Vincent Carelli é "certamente de índio". "Vi muitas parecidas durante expedições pela Amazônia."

Como Sydney Possuelo, ele acredita que os buracos dentro das cabanas têm "função de defesa". Também diz existirem no país etnias cujos integrantes exibem bigodes ("os jurunas, os caiabais").

Na semana passada, a Folha mostrou a fita para Villas Boas, em São Paulo. "Não posso garantir, mas toda a cena leva a crer que se trata mesmo de um índio arredio. Sempre houve comunidades indígenas no sul de Rondônia, embora o processo de ocupação do Estado as tenha desprezado. Não é impossível que, agora, surja por lá um homem como aquele, desgarrado dos parentes." (AA)